



ACÓRDÃO Nº990/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº12198/2022.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB / Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

4- Exercício: 2021

5- Responsável: Pauderney Tomaz Avelino (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Luis Felipe Avelino Medina - OAB/AM 6100

7- Unidade Técnica: DICAMM, DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2764/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB / Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Pauderney Tomaz Avelino**, à época Secretário Municipal de Educação, nos termos dos arts. 22, inciso II, e 24, ambos da Lei nº 2.423/1996, e arts. 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Pauderney Tomaz Avelino**, à época Secretário Municipal de Educação, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 –



ACÓRDÃO Nº990/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM;

10.3. Recomendar à atual gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. (FUNDEB/SEMED):

3.1. Que providencie a constante atualização do Portal de Transparência, com observância do dever de transparência ativa, em especial, no que diz respeito à necessidade de informar dados relativos a diárias, inclusive eventual inexistência;

3.2. Que realize um estudo sobre a economicidade e necessidade de formalização de ajustes contratuais firmados em exercícios anteriores (aditivos) em detrimento, inclusive, de regular procedimento licitatório; e

3.3. Que utilize integralmente o recurso do FUNDEB destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma do art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, evitando deixar montante em caixa;

10.4. Determinar à SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno que cientifique o responsável, através do seu patrono, bem como a atual gestão do Órgão fiscalizado, sobre o teor do Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e do sequente *decisum*;

10.5. Arquivar os autos, nos termos regimentais, após o cumprimento integral do Acórdão.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- Não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº990/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral